

DIFICULDADES E DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

¹BRITO, Anderson Nóbrega Alves

²ALBRECHT, Ana Rosa Massolin Albrecht

RESUMO

O presente artigo trata-se de um estudo sobre as dificuldades e distúrbios de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando suas necessidades de trabalho para que possa garantir condições de se desenvolver no âmbito profissional. Justifica este estudo a necessidade de trabalhar este segmento de forma diferenciada nos conteúdos, métodos e avaliação para a realização da aprendizagem no seu sentido amplo. Esta temática tem como objetivo compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a relevância no olhar Psicopedagógico, como forma de entender as dificuldades na aquisição das habilidades e competências na educação do EJA. A metodologia usada será a de documentação bibliográfica para o levantamento de dados e de informações relevantes ao tema. Utilizando-se de artigos, revistas e sites da Internet que tratam sobre esta temática. Com este estudo conclui-se como o Psicopedagogo Educacional pode contribuir para direcionamentos de práticas pedagógicas em relação as dificuldades de aprendizagem e metodologias que contribuem para ações preventivas junto aos professores.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Aprendizagem. Psicopedagogo.

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que dentro do contexto da educação são necessárias algumas reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde tem como desafio, o saber escolar com as condições de vida cotidiana desses alunos, onde a principal função desse segmento é a superação de problemas da vida.

¹ Graduando no curso de Bacharel em Psicopedagogia - UNINTER

² Professora orientadora do curso de Bacharel em Psicopedagogia – UNINTER – Especialista em Gestão e Docência em Educação Infantil, Psicopedagogia Clínica e Institucional e Educação Especial

Considera-se que a educação de adultos já faz parte de um saber acumulado pelos discentes. Os mecanismos intelectuais, bem como a forma de raciocínio precisam subsidiar o trabalho do professor para que ocorra de fato a aprendizagem para estes alunos.

Dentro deste contexto observa-se que a problematização desse assunto é considerar a importância de se entender o processo de aprendizagem em jovens e adultos que apresentam dificuldades e distúrbios de aprendizagem.

Justifica este estudo a necessidade de trabalhar este segmento de forma diferenciada nos conteúdos, métodos e avaliação para a realização da aprendizagem no seu sentido amplo.

Esta temática tem como objetivo compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a relevância no olhar Psicopedagógico, como forma de entender as dificuldades na aquisição das habilidades e competências na educação do EJA.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura com aspectos teórico-metodológico, apoiando-se em três vertentes: exploratória, bibliográfica e qualitativa. A primeira parte exploratória, foi realizado um levantamento bibliográfico, onde foi desenvolvido uma pesquisa com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, os quais correspondem ao suporte utilizado para o embasamento da nossa pesquisa.

Este artigo trouxe a compreensão do tema discutido, as formas, os meios estratégicos para propor possíveis discussões sobre o modo como a psicopedagogia pode atuar no segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O primeiro item contém o título, o tema e passo a passo como será desenvolvida a pesquisa.

O segundo item traz uma linha de estudo sobre a Educação de jovens e Adultos no Brasil.

O terceiro item aborda sobre o trabalho da psicopedagogia na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como suas dificuldades de aprendizagem.

E por último traremos as considerações finais das percepções e análises desse trabalho.

Em relação à temática deste artigo nosso referencial teórico se constitui a partir de autores que tem abordado com amplitude o tema em questão, tais como: Beisiegel (1999); Saviani (1985); Pistrack (1985); Paulo Freire (1999); Soares (2002); Gadotti (1995); Ferreiro (2001); Goulart (2003); Funk (1994), Arroyo (2000); Kalman (2004); Capellini (2004), Castãno (2003); Garcia. J (2010); Sisto 2005; Porto (2011); Cezala e Molina (2010);

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Para maior entendimento sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, precisa-se fazer um breve histórico dessa modalidade.

A educação de jovens e adultos apresenta-se, pois, como um desafio. Propostas para o ensino de suplência não devem significar apenas a seleção de conteúdos e metodologias que resgatem a escolarização, mas a retomada de um processo maior, educacional, que deve e pode ser permanente. (BEISIEGEL, 1999)

Visto como um estudo de suplência para jovens e adultos que tinha como meta explorar estes alunos como mão de obra específica, perdendo assim seu caráter de escolarização, ressaltando que não havia nenhum tipo de formação específica para professores deste segmento.

Na concepção de Ireland, Machado e Ireland (2005, p.1):

Um marco legal importante das últimas décadas é a Constituição Federal de 1988 que trata de dois aspectos importantes para a EJA: primeiramente a questão da garantia da gratuidade desta modalidade de ensino no nível fundamental (Art. 208, inciso I) e, em seguida, o destaque para o enfrentamento do analfabetismo como um dos objetivos de um Plano Nacional de Educação (Art. 214, inciso I).

Implantado pela lei 5692/7 o ensino de suplência, onde tinha como meta garantir a escolarização aqueles que por algum motivo tiveram que interromper seus estudos, desta forma não podia ser inferior ao ensino regular, mas diferente por ser direcionado a alunos diferentes em relação à idade.

De um modo geral, os sujeitos da EJA são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, relacionados diretamente ao chamado "fracasso escolar". Arroyo (2001) ainda chama a atenção para o discurso escolar que os trata, a priori, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional. Ou seja,

concepções e propostas de EJA comprometidas com a formação humana passam, necessariamente, por entender quem são esses sujeitos e que processos pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades e desejos. (ANDRADE, 2004, p. 1).

Para Saviani (1985) “está equivalência é necessária porque o acesso aos conhecimentos pode permitir, através da conscientização, uma participação social mais efetiva”.

Desta maneira, entender que a Educação de Jovens e Adultos deve abranger a educação como um todo, articulando o saber escolar com as condições de existência de cada aluno, para que dessa forma o saber seja um instrumento de superação de problemas de vida.

Segundo Pistrack (1981):

as aquisições de conhecimento não se iniciam quando os indivíduos ingressam no processo formal de ensino, mas acontecem no decorrer da vida, pelas necessidades do cotidiano e, no caso de jovens e adultos, também a partir do trabalho que realizam profissionalmente, tendo assim, oportunidade de desenvolver suas habilidades. Neste caso, o que pode existir é uma dicotomia entre o conhecimento adquirido e a não escolarização, e as exigências de conhecimento ligadas ao domínio de símbolos e significados a partir de operações mentais mais elaboradas.

Na EJA é fundamental que observe o saber acumulado de cada indivíduo, mesmo que seja baseado no senso comum, e permite-lhes resolver as suas questões de vida no dia a dia. Os mecanismos intelectuais que este indivíduo trazem na sua trajetória de vida devem ser entendidos pelos professores como início de proposta de estudo para novas aprendizagens.

Paulo Freire (1999) reafirma:

ao longo dos anos, que na educação de adultos professor, enquanto educador, tem a oportunidade de vivenciar aspectos políticos que caracterizam seu discurso teórico, em favor da dignidade, respeito e valorização do ser humano. Desta forma, a metodologia não pode conter, em si mesma, uma função restrita à técnica. Deverá sim, ser uma mediação entre conhecimento e aluno e, “a integração de áreas de estudo, disciplinas e unidades temáticas surge então como uma possibilidade de se garantir que o conhecimento não se dilua totalmente” (experiência da Universidade Federal de Viçosa).

Diante dessa afirmação seria correto entender a necessidade de um trabalho em conjunto, onde seja resultado de estudos e revisão constante da aprendizagem de alunos e professores.

Ensinar não é transferir conhecimento. É uma postura difícil e complexa, porque exige uma vigilância constante do professor sobre si mesmo, com a idéia de que se pode aprender sempre com os outros. (BEISIEGEL, 1999)

A partir da 2ª Guerra Mundial, a cargo do Estado, surge a primeira versão do que seria estudo para os adultos e era vinculada a organizações não-governamentais, era uma Educação Popular para todos, sobretudo para os considerados menos privilegiados, que residiam nas zonas urbanas e rurais.

Após a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na Dinamarca, em 1949, a Educação de Adultos tomou outro rumo, sendo concebida como uma espécie de Educação Moral. Dessa forma, a escola, não conseguindo superar todos os traumas causados pela guerra, buscou fazer um "paralelo" fora dela, tendo como finalidade principal contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e para a construção da paz duradoura. (BEISIEGEL, 1999)

Considera-se que após a II Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em Montreal observou-se duas linhas de raciocínio, a primeira como continuação da educação formal e permanente e a outra como uma educação de base ou comunitária.

Segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72):

nos anos 40, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional).

Na década de 1970 na corrente não formal, desenvolve-se no Brasil o sistema MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com princípios divergentes da pedagogia de Paulo Freire.

A Lei de Reforma nº 5.692, que dedicou, pela primeira vez na história da educação, um capítulo ao ensino supletivo, foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e veio substituir a Lei nº 4.024/61, reformulando o ensino de 1º e 2º graus. Enquanto a última LDB foi resultado de um amplo processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro, levando treze anos para ser editada, a Lei de Reforma nº 5.692/71 foi elaborada em um prazo de 60 dias por nove membros indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho. (BEISIEGEL,1999)

O passo seguinte foi dado pelo MEC quando instituiu um grupo de trabalho para definir a política do Ensino Supletivo e propor as bases doutrinárias de Valnir Chagas. O ensino supletivo foi apresentado como um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operavam em ritmo crescente no país e no mundo. (SOARES, 2002)

Dentro deste estudo pode-se destacar diversos momentos como o Parecer nº 699/72 que estabelecia a doutrina para o ensino supletivo, este Parecer vinha detalhar os principais da Lei nº 5.692, no que tange ao ensino supletivo. A LDB de 1971 vinha cumprir a determinação de suprir a escolarização regular para aqueles que não tiveram oportunidade na idade certa.

De acordo com Paiva (apud Gadotti, 1995, p. 31), a Educação de Adultos, em âmbito histórico, pode ser dividida em três períodos:

- 1º de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo;
- 2º de 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso abriu as portas para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964.
- 3º O MOBREAL, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização (1985), a "Nova República" extinguiu o MOBREAL e criou a Fundação Educar. Assim sendo, a Educação de Adultos foi enterrada pela "Nova República".

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação

de Jovens e Adultos:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
- II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Percebe-se diante da trajetória da Educação do Brasil vários momentos, seguindo sempre a normativa que a Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, como afirma Gadotti (1979).

Apesar das conquistas e evolução da EJA nas últimas décadas Arroyo (2007) afirma que:

A Educação de Jovens e Adultos, está cada vez mais distante da realidade deste educando, uma vez que as Políticas de atendimento são generalizadas, não específicas. Continuando sua postura reflexiva, Arroyo argumenta que os grupos que são atendidos pela EJA têm características próprias das camadas populares, são mulheres e homens que estão em condições precárias de sobrevivência, no subemprego, na categoria de desempregados. São grupos que possuem diferenças de gênero, raça, etnia. São grupos discriminados socialmente. Assim, a realidade enfrentada por essa demanda de alunos e alunas que estão nas escolas que ofertam a EJA, não condiz mais com a análise do perfil de grupos sociais que estão sendo pensado pelas Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos.

4 A PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O professor que atua no segmento da EJA utiliza-se de diversas ferramentas do seu cotidiano para contextualizar um ambiente de letramento nas atividades de alfabetização.

O papel do educador é mediar a aprendizagem, priorizando, nesse processo, a bagagem de conhecimentos trazida por seus alunos, ajudando-os a transpor esse conhecimento para o "conhecimento letrado". "A escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade" (FERREIRO, 2001, p. 43).

De acordo com Porto (2011),

a Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, e surgiu de uma demanda: o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia. Como se preocupa com os problemas de aprendizagem, o psicopedagogo deve ocupar-se inicialmente com o processo de aprendizagem, como se aprende, como essa aprendizagem varia e como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-la, tratá-las e preveni-las.

Sabe-se que para se ter o envolvimento dos alunos e professores no processo de desenvolvimento da leitura e escrita, devem fazer com que eles se sintam motivados, estimulados a imaginar e produzir situações de aprendizagens.

É de conhecimento de todos os educadores que a escola é o caminho certo quando se fala em processo ensino-aprendizagem, tendo em vista o compromisso que ele exerce perante a sociedade, por isso tem-se o compromisso de apresentar um plano que vá proporcionar aos educandos mais maturidade no exercício da escrita e leitura. Somente com análise profunda do problema é que vai ter bons resultados, pois como diz Goulart (2003, p. 106):

Dentro de uma corrente construtivista do processo educacional, o professor não é, só espectador da construção de conhecimentos dos seus discentes. Dentro da psicopedagogia o profissional tem o papel de organizar as situações de aprendizagens.

O trabalho na instituição escolar apresenta duas naturezas: o primeiro diz respeito a uma Psicopedagogia voltada para o grupo de alunos que

apresentam dificuldades na escola. O seu objetivo é reintegrar e readaptar o aluno à situação de sala de aula, possibilitando o respeito às suas necessidades e aos ritmos. Tem como meta desenvolver as potencialidades do aprendente gradualmente para a aprendizagem dos conceitos, conforme os objetivos da aprendizagem formal. O segundo tipo de trabalho refere-se à assessoria aos pedagogos, orientadores e professores. Tem como objetivo trabalhar as questões pertinentes às relações vinculares entre professor e aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo, por meio da aprendizagem dos conceitos, às diferentes áreas do conhecimento (PORTO, 2011)

Funck (1994, p. 14-15), entende que é preciso acreditar:

[...]no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as conseqüências se sua escolha. Mas isso não será possível se continuarmos oferecendo aos alfabetizados desenhos pré-formulados para colorir, com textos criados por outros para copiarem, em caminhos pontilhados para seguir, com histórias que alienam, com métodos que não levem em conta a lógica de quem aprende.

Diante das atribuições desse profissional trabalhar com intervenções pedagógicas que auxiliem os alunos em suas construções, além das questões relacionadas à didática do objeto a ser ensinado e aprendido.

É preciso considerar que Jovens e Adultos são portadores de uma bagagem cultural rica e diversa, construída em diferentes âmbitos de suas vidas, sendo, portanto, o ponto de partida para novas aprendizagens. Se os Jovens e Adultos são capazes de fazer com competência a leitura do mundo, podem também ser competentes para a leitura de revistas, livros, jornais, gibis, bíblia, folhetos, bilhetes, anúncios, pois como afirma o grande mestre Paulo Freire (1983, p. 11):

O Pedagogo, Orientador e Psicopedagogo devem estar sempre atentos as diversas transformações no processo educacional, a fim de se atualizarem, e adquirir competências para a realização do seu trabalho.

Diante de todas as dificuldades no processo educacional a alfabetização para adultos tem que acontecer de forma alinhada à sua realidade, sabendo que leitura e escrita estão relacionados à progressão da escolaridade que está ligado a cidadania.

Kalman (2004) ressalta que as políticas para a Educação de Jovens e Adultos precisam enfatizar três princípios essenciais, a saber:

- 1º - o contexto onde os educandos vivem e realizam suas atividades cotidianas devem ser considerados pelas ações educativas;
- 2º - o ponto de partida dos programas educativos deve ser aquilo que os

participantes conhecem e sabem fazer e;
3º - a heterogeneidade dos usuários deve ser reconhecida e atendida pelas propostas educativas.

No entendimento de Arroyo (2000, p. 56) o profissional da educação precisa inventar uma nova prática que desperte o:

interesse (dos alunos) por outras lições, por exemplo, como aprender os valores em uma sociedade sem valores, como aprender a amizade, o amor, o relacionamento humano, os valores e leis que regulam o relacionamento entre gêneros, classes, raças, idades. Pode ser que queiram saber como vão se inserir no trabalho, nas artes, na cidadania, como funciona a produção.

Dentro deste contexto o profissional da educação precisa entender que o adulto vê a alfabetização não como uma decifração, mas um processo de construção de sentidos. Como ressalta Kalman (2003, p. 77): ao afirmar que é preciso “compreender a leitura e a escrita mais como práticas sociais do que como um conjunto de habilidades centrado na manipulação mecânica dos elementos isolados do texto”.

Segundo Cazella e Molina (2010),

a interlocução entre psicopedagogia institucional e educação popular se fundamentaria na dimensão social envolvida no processo de aprendizagem (além dessa temos também as dimensões biológica e cognitiva), pois, com ela, haveria a garantia da continuidade do processo histórico e a preservação da sociedade como tal, por meio de transformações evolutivas e estruturais.

4.1 DIFICULDADE E DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As dificuldades de aprendizagem na vida escolar diária são frequentemente confundidas com os obstáculos dos alunos. Diz-se que só mudando os métodos de ensino é que esses alunos com dificuldades podem alcançar o sucesso esperado na sua aprendizagem e desenvolvimento. No entanto, o que observamos na escola diária é Encaminhamento para profissionais "especializados" nos chamados "tratamentos", como psicopedagogos ou psicólogos.

Conhecer e compreender o contexto em que os alunos da EJA se encontram é a primeira ação pedagógica que a escola deve realizar. Há ações que não podem ser delegadas a um método “pronto” de ensino, ou a um livro didático, por exemplo, mas que as particularidades de cada aprendiz sejam o centro da ação pedagógica. Entendemos, dessa maneira, uma vez que ao longo do nosso trabalho nos remetemos ao combate da exclusão social, que a escola venha a conhecer quem são esses indivíduos que, por muitas vezes, ficaram e ficam a mercê dos direitos e deveres sociais. Não há como pensar em uma mudança, sem que antes venhamos a entender o passado e o presente desses sujeitos. E isso é simplesmente o ato de planejar, e não estamos nos reportando apenas ao planejamento de pequenas ações do cotidiano da escola. Mas, que esses planejamentos sejam fomentados, visando resultados (e desejamos que sejam positivos) em longo prazo. Pois “o trabalho pedagógico deve ser sempre um trabalho sistemático para que possa ter efeitos (e efeitos duráveis) sobre o aluno”. (CADERNO 3: PREPARANDO A ESCOLA E A SALA DE AULA, 2004, p. 15).

“Apesar de todas as abordagens de dificuldades de aprendizagem, e por mais dificuldades que o aluno possua, ele tem capacidade de adquirir conhecimento, mesmo que seja pouco”. Sisto (2005) ressalta essa afirmativa ao abordar o tema “Dificuldade de Aprendizagem em escrita: um instrumento de avaliação (ADAPE):

As dificuldades para aprender aparecem nas crianças sob distintas formas, e é muito difícil encontrar uma pessoa que não teve dificuldade em aprender alguma coisa algum dia em sua vida. Algumas crianças chamam a atenção devido ao fato de estarem atrasadas ou defasadas em determinadas tarefas específicas como a escrita, se comparadas com seus colegas de classe ou idade, ou uma dificuldade geral, quando a aprendizagem é mais lenta do que a média das crianças em uma série de tarefas (p. 190).

Nos métodos de ensino, certos fatores podem interferir significativamente no processo de aprendizagem, e muita atenção deve ser dada a eventos que representam mudanças consideráveis para crianças e famílias. Aqui, o aluno não é entendido como uma reação acidental, mas sim como uma existência complexa, sistemática e conversacional que configura sua dificuldade de aprendizagem de forma única.

Segundo Vygotsky(1992.),

as potencialidades do indivíduo devem ser levadas em conta durante o processo de ensino-aprendizagem. Isto porque, a partir do contato com uma pessoa mais experiente e com o quadro histórico-cultural, as potencialidades do aprendiz são transformadas em situações que ativam nele esquemas processuais cognitivos ou comportamentais, ou de que este convívio produza no indivíduo novas potencialidades, num processo dialético contínuo. Como para ele a aprendizagem impulsiona o

desenvolvimento, a escola tem um papel essencial na construção desse ser; ela deveria dirigir o ensino não para etapas intelectuais já alcançadas, mas sim, para etapas ainda não alcançadas pelos alunos, funcionando como incentivadora de novas conquistas, do desenvolvimento potencial do aluno.

Para Fonseca (1995),

O indivíduo com dificuldade de aprendizagem não deve ser “classificada” como deficiente. Trata-se de um indivíduo normal que aprende de uma forma diferente, a qual apresenta uma discrepância entre o potencial atual e o potencial esperado. Não pertence a nenhuma categoria de deficiência, não sendo sequer uma deficiência mental, pois possui um potencial cognitivo que não é realizado em termos de aproveitamento educacional.

Para Capellini (2004),

sinais como redução de léxico, sintaxe desestruturada, dificuldade para processar sons nas palavras, dificuldade para lembrar sentenças ou histórias, entre outros, podem ocorrer tanto em distúrbios como em dificuldades de aprendizagem, sendo fator diferenciador a não contribuição do histórico familiar negativo somente nas crianças com distúrbios de aprendizagem. Revela ainda, que não devemos inserir todas as crianças com o distúrbio no mesmo grupo. Existem aquelas com deficiência mental, sensorial ou motora que apresentam o distúrbio de leitura e escrita com o resultado desses problemas. Há, também, aquelas nas quais o distúrbio de aprendizagem decorre de disfunções neuropsicológicas que comprometem o processamento da informação.

Conforme Castaño (2003), “o termo dificuldade de aprendizagem pode ser caracterizado por alterações no processo de desenvolvimento do aprendizado da leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático, podendo estar associadas ou não a comprometimentos da linguagem oral”.

Nesse sentido, o termo "dificuldade" está mais relacionado ao desempenho escolar ocasionado por situações-problema mais gerais, como desajustes escolares, sugestões pedagógicas e desenvolvimento emocional. Os alunos também apresentam comportamentos na escola que sugerem certas dificuldades, que não são específicas da aprendizagem.

Em seus estudos Farias (2010, p. 3) destaca que:

É necessário compreender a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA de forma que jovens e adultos possam estar na escola e aprender. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso há a necessidade de compreender seus tempos para então organizar, segundo as possibilidades de cada

grupo de pessoas, o momento de formação, para garantir sua permanência e direito à educação. Nesse sentido se faz importante a pesquisa sobre os sujeitos da educação de jovens e adultos. Muitos deles tem história de fracasso, de não aprendizados, de frustrações, por isso não é possível repetir modelos e manter abordagens infantilizadas

Acredita-se que o papel da escola deve ser desenvolver as potencialidades de todos, respeitar a personalidade dos alunos, suprir constantemente as carências, ajudar a superar as dificuldades, de forma que evitar as das crianças não seja o motivo. Ser excluído do processo de aprendizagem e não ser rotulado ou discriminado.

De acordo com García, J. (2010)

a dificuldade de aprendizagem da leitura é definida por um déficit no desenvolvimento da compreensão e reconhecimento de textos escritos. Este transtorno é denominado dislexia ou transtorno do desenvolvimento da leitura e sua manifestação ocorre através de uma leitura oral lenta com omissões, distorções e substituições de palavras, com correções, interrupções e bloqueios em que também é afetada a compreensão leitora. O curso dependerá da gravidade, se for leve este pode ser superado através de intervenções e não haverá sinais dele na idade adulta, se for grave mesmo com o tratamento ainda haverá sinais do transtorno. Cabe esclarecer que devem ser suprimidos do diagnóstico 19 desse transtorno a deficiência mental, déficits auditivos e visuais e a escolarização escassa e inadequada.

Percebe-se que as dificuldades de aprendizagem podem ser causadas por dois fatores O externo como o interno humano, isto é, além do psicológico e Diz respeito principalmente ao ambiente em que o tema está inserido, pois será O ambiente e a estimulação determinarão mais ou menos as dificuldades da criança. De um modo geral, os cérebros de crianças com dificuldades tendem a se desenvolver e Maturidade tardia e o acompanham em todas as suas fases durante a vida.

5 CONCLUSÃO

Para desenvolver este estudo foi feita uma análise acerca da trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, pautadas em autores que descrevem estes períodos.

Entende que a EJA apresenta-se como um desafio, não pode considerá-la apenas como a seleção de conteúdos e metodologias, mas sim como um processo maior que deve ser permanente no âmbito educacional.

Nota-se que é necessário um trabalho conjunto, com intervenções para um melhor ensino aprendizagem de todos envolvidos.

Este trabalho teve como objetivo compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a relevância no olhar Psicopedagógico, como forma de entender as dificuldades na aquisição das habilidades e competências na educação do EJA.

Com este artigo conclui-se que, o psicopedagogo é um profissional que pode atuar de maneira preventiva e intervir diretamente na aprendizagem dos alunos, considerando as habilidades, competências, potencialidades e dificuldades de maneira individual. A psicopedagogia diante da EJA constitui-se um campo que necessita do aprofundamento constante de pesquisas.

Ao fazer as considerações finais sabe-se que ensinar não é apenas transferir conhecimento. Ainda é um processo complexo e difícil exigindo uma vigilância constante do profissional da educação sobre si mesmo, mantendo sempre a ideia de que pode –se aprender com o outro, como é o caso do EJA.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, E. R. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens.** In: OLIVEIRA, I. B.de; PAIVA, J. (Org.). **Educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 43- 54.

ARROYO, M. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos** in. SOARES, L. **Formação de educadores de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2000.

BEISIEGEL, C. R. **Mudança social e mudança educacional.** In: _____. **Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos** São Paulo: Pioneira, 1999. P. 22.

BRASIL. Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea** 1996-2004. Brasília, 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Camila/Downloads/vol1ejaelt.pdf Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Observação e Registro (Caderno 3)**. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno3.pdf Acesso em: 01 mar. 2014.

CAPELLINI, S. A. **Problemas de Aprendizagem Relacionados às Alterações da Linguagem**. 2004.

CASTAÑO, J. **Bases Neurobiológicas del Lenguaje y Sus Alteraciones**. Rev. Neurol. 2003; 36(8):781-5.

CAZELLA, Sarah e MOLINA, Rinaldo. **A intervenção psicopedagógica institucional na formação reflexiva de educadores sociais**. Rev. psicopedagogia. São Paulo, v. 27, n. 82, 2010. Disponível em: Acesso em: 04 set. 2015.

FARIAS, A. F. **Identificando os sujeitos da educação de jovens e adultos no município de Presidente Prudente-SP**. 2010.

FERREIRO, Emilia. **Psicogênese da Língua Escrita/ Emilia Ferreiro e Ana Teberosky**. ARTMED: Porto Alegre, 2001.

FONSECA, V. da. **Introdução Às Dificuldades de Aprendizagem**. PortoAlegre, Artes Médicas: 1995.

FUNCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de adultos. Relato de experiência construtivista**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

GARCÍA, J. N. **Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

GOULART, CECÍLIA Maria Araújo. **A produção de textos narrativos, descritivos e argumentativos na alfabetização: evidências do sujeito na/da linguagem**. In ROCHA; VAL M. G. (Orgs). **Reflexões sobre práticas escolares de produção de textos: o sujeito-autor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KALMAN, J. **El estudio de la comunidad como un espacio para leer y escribir**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Autores Associados, v. 26, p. 5-28, maio/ago. 2004. Disponível em: Acesso em: 02 out. 2013.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da escola do Trabalho: uma pedagogia social**. São Paulo: Expressão Popular, p 17, 1981.

PORTO, Olívia – **Psicopedagogia Institucional: Teoria, prática e assessoramento psicopedagógico** – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2006.

SAVIANI, Dermeval M. de. **Filosofia da educação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1985 p 22.**

Sisto, F. F. (2001b). **Dificuldades de aprendizagem. Em F. F. Sisto, E. Boruchovitch; L. D. T. Fini; R. P. Brenelli, & S. C. Martinelli (Orgs.), Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico (pp. 19- 39).** Petrópolis: Vozes.

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1992.**

_____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.